

Aprovado em Plenário
Itapipoca 17/04/2024
1ª votação/Coribêno



Câmara Municipal de
Itapipoca

Aprovado em Plenário
Itapipoca 24/04/2024
2ª votação/ROBibano

GABINETE DO VEREADOR FÁBIO PIRES DA COSTA – PSDB

PROJETO DE LEI Nº 26/2024

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA

PROTOCOLO

Recebido em 01/04/2024 às 12h:32m

José Amândio
RESPONSÁVEL

Declara de Utilidade Pública a Associação de Mães de Autistas de Itapipoca, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapipoca, Estado do Ceará, Felipe Souza Pinheiro, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais que lhe são conferidas.

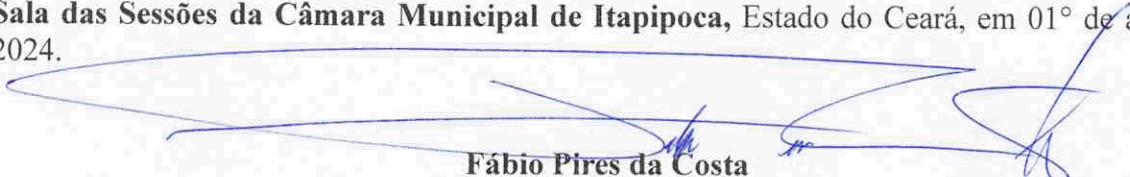
Faço saber que a Câmara Municipal de Itapipoca aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º - Tornar-se-á de utilidade pública a Associação de MÃES DE AUTISTAS DE ITAPIPOCA, fundada em 06 de abril de 2023, inscrita no CNPJ Nº 50.229.341/0001-39, com sede na Rua Raimundo Teófilo de Castro, nº 998, Bairro Cruzeiro, Itapipoca – CE. Entidade jurídica de direito privado, com duração por tempo indeterminado, com sede e foro na cidade de Itapipoca, Estado do Ceará.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Itapipoca, Estado do Ceará, em 01º de abril de 2024.


Fábio Pires da Costa
Vereador de Itapipoca

HANNOR RODRIGA - PROJETO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 50.229.314/0001-39 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 06/04/2023
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE MAES DE AUTISTAS		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) AMADA	PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDARIAS 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas 85.50-3-02 - Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial 88.00-6-00 - Serviços de assistência social sem alojamento 93.29-8-99 - Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO R RAIMUNDO TEOFILO DE CASTRO	NÚMERO 998	COMPLEMENTO *****
CEP 62.503-078	BARRIO/DISTRITO CRUZEIRO	MUNICÍPIO ITAPIPOCA
ENDEREÇO ELETRÔNICO ASSOCIACAOAMADAITAPIPOCA@GMAIL.COM		TELEFONE (88) 9742-4568
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 06/04/2023	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL 		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **06/04/2023** às **09:53:46** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO HUMANA E PERÍCIA BIOMÉTRICA



NOME
PRISCILA TELES BRITO

FILIAÇÃO
IVANILDO RODRIGUES BRITO
MARIA DE FÁTIMA BRITO

DATA NASCIMENTO: 05/11/1991 NATURALIDADE: ITAIPÓCA - CE
ORGÃO EXPEDIDOR: SSPDS-CE TIPO/FATOR RH: XXX
OBSERVAÇÃO: XXXXXXXXXXXXXXXX

Priscila Teles Brito
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

LEI Nº 7.116 DE 25 DE AGOSTO DE 1983

CPF 051.228.713-98 DNI XXXXXXXXXXXXXXXX
REGISTRO GERAL LOCAL DATA DE EXPEDIÇÃO OUTRO RG
2007153133-0 P.: 15 28/11/2022 2ª VIA

REGISTRO CIVIL
CERT. NASCIMENTO. CARTÓRIO: 1º OFÍCIO TERMO: 0052998 FOLHA: 000140 V
LIVRO: A000045 ITAIPÓCA - CE

NOME SOCIAL
XXXXXXXXXXXXXXXXXX

T. ELEITOR 074849890710 CTPS XXXXXXXXXXXXX SERIE UF XXXX XX
NIS/PIS/PASEP XXXXXXXXXXXXXXXX IDENTIDADE PROFISSIONAL XXXXXXXXXXXXXXXX
CERT MILITAR XXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXX
CNH XXXXXXXXXXXXXXXX CNIS XXXXXXXXXXXXXXXX

POLEGAR DIREITO



Priscila Teles Brito
ASSINATURA DO DIRETOR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL



DIPLAMA

ESTATUTO SOCIAL

AMADA - Associação de mães de Autistas



ITAIPOCA-CE, 06 DE MARÇO DE 2023



SUMÁRIO

PREÂMBULO.....	3
CAPÍTULO I - DA DEFINIÇÃO, DO OBJETO E DA CONSTITUIÇÃO.....	4
CAPÍTULO II - DA DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO, FINS NATUREZA E SEDE.....	04-05
CAPÍTULO III - DOS ASSOCIADOS.....	06-07
CAPÍTULO IV - DA ADMISSÃO, SUSPENSÃO E EXCLUSÃO.....	07-09
CAPÍTULO V - DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS.....	09-10
CAPÍTULO VI - DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA.....	10-11
CAPÍTULO VII - DAS ASSEMBLEIAS GERAIS.....	11-13
CAPÍTULO VIII - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	13-16
CAPÍTULO IX - DO CONSELHO FISCAL.....	15-16
CAPÍTULO X - DO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES, APLICAÇÃO DE EXCEDENTES OPERACIONAIS, DA GESTÃO ADMINISTRATIVA, TÉCNICA E SOCIAL.....	17-19
CAPÍTULO XI - DO PROCESSO ELETIVO.....	18-22
CAPÍTULO XII - DAS RECEITAS E PATRIMÔNIO.....	22-23
CAPÍTULO XIII - DOS LIVROS.....	24
CAPÍTULO XIV - DOS PRESIDENTES BENEMERITOS E DE HONRA.....	25-26
CAPÍTULO XV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	27-28



PREÂMBULO

Sob os princípios da Justiça, dos Valores Humanos e da Democracia, nós, legítimos representantes pela **AMADA - Associação de mães de Autistas de Itapipoca**, fundada no dia 31 de agosto de 2022, mas regularizada nesta data, na cidade de Itapipoca, no Estado do Ceará, com poderes para criar totalmente sua estrutura jurídica e administrativa do Estatuto, sua Sigla, Logomarca e Criar seu Regimento Interno, damos-lhes a seguinte redação:



CAPÍTULO I

DA DEFINIÇÃO, DO OBJETO E DA CONSTITUIÇÃO

Artigo 1º - A **AMADA** - Associação de mães de Autistas, neste Estatuto denominada tão somente **AMADA**, nos artigos seguintes deste Estatuto, é uma associação sem fins econômicos, pessoa jurídica de direito privado, com duração por tempo indeterminado e número ilimitado de membros e será regida por este Estatuto e seu Regimento Interno.

Parágrafo Primeiro - A Associação de Mães de Autistas – **AMADA**, estabelecida em Assembleia Geral Extraordinária, regendo-se pelo Estatuto, Regimento Interno e pela legislação que lhe for aplicável.

Parágrafo Segundo - A **AMADA** poderá constituir representações Municipais, e/ou regionais em outras unidades da Federação Brasileira e/ou Internacionais.

Parágrafo Terceiro - A **AMADA** terá seu símbolo e/ou brasão devidamente registrado, com esta finalidade.

Parágrafo Quarto - A **AMADA** receberá também em seus quadros a categoria das Associações de Entidades Nacionais e Internacionais com o mesmo fim e finalidades, podendo firmar convênios entre elas para o desenvolvimento e objetivos em prol dos Autistas.

Parágrafo Quinto – A **AMADA** não constitui patrimônio de indivíduo ou de sociedade sem caráter beneficente de assistência social.

CAPÍTULO II


DA DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO, FINS NATUREZA E SEDE

Artigo 2º – A **AMADA** tem prazo de duração indeterminado. tem sede e foro na cidade de Itapipoca, à Rua Raimundo Teófilo de Castro, nº 998-B, Bairro Cruzeiro, CEP 62.503-078, e poderá constituir escritório ou representação em outras unidades da Federação, com atuação em qualquer parte do território nacional.

Artigo 3º – A **AMADA** tem por missão exercer a luta pela defesa e garantia dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista – TEA e familiares, acolhendo, difundindo o conhecimento e prestando atendimento para incentivo à autonomia e dignidade desse público. A instituição também tem por visão ser reconhecida como espaço de Referência em Acolhimento e Difusão do Conhecimento do Transtorno do Espectro Autista – TEA no município de Itapipoca e excelência em atendimento na mesma cidade, atuando em cooperação junto às políticas públicas e rede de atendimento e como multiplicadora de boas práticas.

Artigo 4º - As finalidades e objetivos estratégicos da **AMADA** consistem em:

Glp
P. Oliveira

- 
- I – Defesa e garantia dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista – TEA;
 - II – Atendimento, promoção e prestação de serviços aos autistas e familiares nas áreas de assistência social, educação e saúde, (incluindo atendimentos psicológicos, fonoaudiólogos, de terapia ocupacional, fisioterapêuticos, entre outros), em educação especial, habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência, atendimento clínico, entre outras atuações ligadas a essas políticas públicas;
 - III – Contribuir para o fortalecimento das políticas públicas e da rede de atendimento complementar para as pessoas com autismo;
 - IV – Difusão de informação sobre autismo (divulgação, capacitação e pesquisa), por meio de desenvolvimento de projetos específicos, palestras, cursos, oficinas, workshops, seminários, entre outros eventos relacionados ao TEA e suas comorbidades;
 - V – Promover, Incentivar e desenvolver atividades de voluntariado;
 - VI – Incentivar capacitação e aprimoramento profissional junto a instituições de ensino reconhecidas pelos órgãos competentes;
 - VII – Atuar como multiplicadora de boas práticas em atendimento das pessoas com Transtorno do Espectro Autista – TEA;
 - VIII – Estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo;
 - IX – Objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social.

Parágrafo Primeiro - É ainda fundamental representar e constituir representações para as entidades filiadas, junto a governos, entidades governamentais e organizações de classe, em qualquer lugar da Federação;

Parágrafo Segundo - Orientar, reciclar e acompanhar o desempenho das instituições a ela vinculadas, buscando defender um alto padrão de qualidade, indispensável às atividades por elas desenvolvidas, com observância das normas éticas às mesmas inerentes;

Parágrafo Terceiro - Estimular cooperações técnicas, científicas, jurídicas e financeiras com instituições públicas, privadas, do terceiro setor e pessoas físicas e jurídicas, podendo para tanto, articular-se de forma autônoma e soberana como lhe seja conveniente, no âmbito nacional, transnacional ou internacional, que estejam interessadas nas pessoas com Transtorno do Espectro Autista – TEA (inclusive em outras comorbidades como transtornos, síndromes e necessidades específicas concomitantes as pessoas com TEA, como TDAH – Transtorno do Desenvolvimento de Atenção por Hiperatividade, Síndrome de Down, Síndrome do X-Frágil, entre outros);

Parágrafo Quarto - Incentivar e/ou desenvolver de forma complementar atividades de geração de emprego e renda, cultura, esporte e educação ambiental, e outras, em

GRJ *Priscila*



benefício das pessoas com Transtorno do Espectro Autista – TEA, inclusive na realização, promoção e organização de eventos esportivos.

Parágrafo Quinto - Atuar no desenvolvimento e tratamento de crianças, adolescentes e adultos autistas de forma individualizada, ou, em grupos, de acordo com as especificidades e características semelhantes dos atendidos, entre outros.

Parágrafo Sexto - Manter fidelidade a atividades exitosas da instituição em seu calendário anual, como criação de Calendário Solidário, Sessão Azul e/ou ações similares, Corrida AMADA Azul, Caminhadas de Conscientização sobre o Autismo, Cursos sobre Autismo, Almoços, Jantares e outros eventos beneficentes em prol da **AMADA**, entre outras atividades.

Parágrafo Sétimo - Deverá no âmbito da **AMADA** atualizar constantemente sua cartilha de direitos, de acordo com todas as normas e regras legais Pátrias, em prol da inclusão das pessoas com deficiência, no caso de forma específica aos Autistas.

CAPÍTULO III

DOS ASSOCIADOS

Artigo 5º – A **AMADA** é constituída por número ilimitado de associados, sendo composta das seguintes categorias:

- I – Associado Efetivo;
- II – Associado Contribuinte;
- III – Associado Voluntário;
- IV – Associado Profissional;

Artigo 6º – É associado efetivo a pessoa física que contribui com pagamento de no mínimo 12 (doze) meses ininterruptos de mensalidades e que não atrase por mais de 3 (três) meses ininterruptos ou alternados no ano, e que tenha assinado Termo de Adesão de Associado Efetivo. O termo renova-se automaticamente a cada final de ano, exceto mediante solicitação de encerramento do referido termo.

Parágrafo Primeiro - Ficam isentos do pagamento de mensalidades para serem associados efetivos o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal em exercício.

Parágrafo Segundo - Apenas os associados efetivos, em pleno gozo de seus direitos de associados nos termos do parágrafo primeiro do artigo 23, terão direito a voto e a candidatura aos cargos eletivos da **AMADA**. Os demais associados terão direito apenas a voz nas assembleias.

Artigo 7º - É associado contribuinte a pessoa física ou jurídica que contribui com a **AMADA**, através doações regulares, pontuais ou esporádicas, mas que não firma Termo de Adesão de Associado Efetivo.

J.P. Oliveira



Parágrafo Único - Os associados contribuintes serão considerados doadores quando pessoas físicas e da Rede de Apoio **AMADA** quando pessoas jurídicas, ambas modalidades de apoio a serem mais destrinchadas no Regimento Interno da **AMADA**

Artigo 8º- É associado voluntário a pessoa física que venha a compor os serviços voluntários da **AMADA** no desenvolvimento de suas atividades, que tenha assinado Termo de Adesão de Associado Voluntário junto a Gerência Administrativa, estando isento de mensalidades por essa modalidade de associado.

Artigo 9º- É associado profissional participante remunerado de projetos, programas ou serviços da **AMADA**, prestando serviços profissionais, estando isento de mensalidades por essa modalidade de associado.

Artigo 10 - A Diretoria Executiva designará aqueles que serão considerados estatutariamente associados (contribuinte, voluntário e profissional voluntário).

Artigo 11 - Um associado poderá participar de mais de uma categoria de associado.

Parágrafo Único - Em qualquer das possibilidades, se uma das categorias acumuladas for de associado efetivo, o associado continuará tendo a responsabilidade de contribuir com o pagamento de mensalidades, conforme firmado no Termo de Adesão de Associado Efetivo.

Artigo 12 - A **AMADA** estimulará a adesão de novos associados efetivos e demais categorias para comporem o seu ROL de associados em seus quadros.

CAPÍTULO IV

DA ADMISSÃO, SUSPENSÃO E EXCLUSÃO

Artigo 13 - Para admissão do associado efetivo, o mesmo deverá preencher uma ficha cadastral, o Termo de Adesão de Associado Efetivo, o qual será analisado pela Diretoria Executiva, e uma vez aprovado possuirá um número de matrícula.

Parágrafo Único - Para admissão de associados de outras categorias que não a do caput, poderá ser preenchido o Termo de Adesão da Rede de Apoio **AMADA**, o Termo de Adesão de Contribuição, o Termo de Voluntariado ou simplesmente registro de Doação/Ação voluntária pontual, para doadores e voluntários que queiram apenas realizar doações e ações sem maior comprometimento de vínculo continuado com a **AMADA**.

Artigo 14 - A manutenção do relacionamento com os associados efetivos e demais associados deve, de forma contínua e eficaz, ser executada em parceria com a Coordenação de Gerenciamento de Projetos e Captação de Recursos e Gerência Administrativa, tendo o apoio de outros setores pertinentes, e do Conselho de Administração, seja em congratulações, incentivos e premiações, advertência ou demais manifestações por parte da **AMADA**. Entre as titulações possíveis a parceiros da **AMADA** serão identificados: "sócios amigos", "embaixadores", "padrinhos", entre outros a serem definidos entre os setores citados no artigo.

Artigo 15 - Quando um associado infringir o presente estatuto, os princípios norteadores da gestão da entidade, ou venha a exercer atividades que comprometa a

JLS
APB



ética e a moral da **AMADA**, inclusive em aspecto financeiro, ou negligência funcional, o mesmo será passível de sanções da seguinte forma:

- I – Advertência por escrito;
- II – Suspensão de direitos por tempo determinado;
- III – Exclusão do quadro de associados.

Parágrafo Primeiro – Após análise de procedimento administrativo realizado pelo Conselho de Administração, constatando-se a responsabilidade da infração do requerido pela requerente **AMADA**, quanto ao item II do artigo 15, o mesmo como penalidade ficará inelegível para ocupar qualquer cargo na instituição (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Voluntariado, Comissões de Trabalho, entre outros), não interferindo em atendimentos que usufrua da **AMADA** (atendimentos clínicos, pedagógicos, serviço social, entre outros), mas dentro dos parâmetros determinados pela Administração.

Parágrafo Segundo: Nos casos de serviços na formação de grupos de trabalho voltados aos serviços de voluntariado, realização de eventos de confraternização, grupos de estudos e pesquisas que direta ou indiretamente venha utilizar as dependências internas da estrutura da Administração da **AMADA**, deverá este associado ou profissional reporta-se imediatamente por escrito de forma fundamentada, com 72 (setenta e duas) horas de antecedência, protocolando ao Gerente Administrativo, o qual dará relatório de aprovação ou não da matéria, também de forma fundamentada, com até 48 (quarenta e oito) horas após a protocolização do pedido. Ao final das atividades requeridas, o associado ou profissional deverá encaminhar imediatamente a pasta Clínica, Pedagógica, Serviço Social, entre outras, pais e possíveis atendidos, quando existirem assuntos inerentes a pasta específica, para as devidas e necessárias orientações e encaminhamentos.

Parágrafo Terceiro: Fica determinado que todos associados da **AMADA** deverão submeter as normas e regras estabelecidas pela administração quanto ao uso de salas, dependências e aparelhos, sob pena de Advertência por escrito, e no caso de recusa de recebimento desta infração, no primeiro momento poderá o Gerente Administrativo, utilizar de testemunhas do ato desta recusa, descrevendo o fato, com dia e hora.

Artigo 16 – Todas as Advertência por escrito será fundamentada, passará pela análise e aprovação do Conselho de Administração, e após será enviada ao endereço do associado, com aviso de recebimento (AR).

Artigo 17 – Após a advertência, ocorrendo nova atividade que comprometa a ética e moral da **AMADA**, bem como os princípios norteadores da gestão da entidade, inclusive em aspectos financeiros, ou por grave negligência e/ou funcional, o associado efetivo será suspenso do gozo de seus direitos de associado.

Parágrafo Primeiro – A penalidade de suspensão de direitos prevista no caput ocorrerá por um prazo não superior a 150 (cento e cinquenta) dias corridos, sendo aplicada por escrito pelo Conselho de Administração, com exposição de todos os motivos.

JL
Assinatura



- III – Participar das assembleias para expressar opinião;
- IV – Exercer o voto e de se candidatar a cargos eletivos.

Parágrafo Primeiro - Os associados efetivos com 03 (três) meses de atraso de contribuição financeira estipulada no Termo de Adesão de Associado Efetivo, seja de forma consecutiva ou aleatória no ano, e como outros casos identificados em outros artigos desse estatuto, não estarão em pleno gozo de seus direitos de associados, tendo restrição ao inciso IV. Poderão apenas participar de assembleias sem direito a voto e sem direito de se candidatarem ou ocuparem cargos eletivos. Para retomar os direitos suspensos nesse caso, os associados só poderão acertar suas mensalidades em atraso 06 (seis) meses antes das eleições. Caso acertem após esse período, e antes do término das eleições, só terão os direitos suspensos, sobretudo de voto, após a Eleição da **AMADA**.

Parágrafo Segundo - Os demais associados terão direito aos incisos I e III do presente artigo.

Parágrafo Terceiro - Quanto aos associados que acumulem também a categoria de associado efetivo, os mesmos não estarão em pleno gozo de seus direitos quanto ao inciso IV, sendo necessário renunciar da classificação que tenham como associados e se manterem apenas como associados efetivos, para poderem usufruir do direito de se candidatar a cargos eletivos.

Artigo 24 – São deveres do associado:

- I.– Acatar as diretrizes da **AMADA**, decididas coletivamente nas Assembleias Gerais e em suas instâncias administrativas representativas;
- II.– Atender as finalidades, zelando e colaborando com a **AMADA**.
- III. tender todas as Portarias, e Resoluções da Presidência com a ciência da mesa diretora.

Artigo 25 – Apenas os associados efetivos poderão pleitear a cargos eletivos, desde que, cumulativamente, estejam em pleno gozo dos seus direitos de associado, estejam em dia com suas mensalidades e tenham assinado Termo de Adesão de Associado Efetivo datado por pelo menos 1 (um) ano.


Artigo 26 – A Diretoria Executiva fomentará a criação de Comissões de Trabalho, formada por associados, pais e amigos dos autistas. Também fomentará a criação de um Conselho Consultivo e da Auto Defensoria, todos esses órgãos trabalhando em caráter consultivo e não deliberativo. Tais instâncias de cooperação da **AMADA** serão reguladas no Regimento Interno.

CAPÍTULO VI

DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Artigo 27 – A **AMADA** é composta dos seguintes órgãos e funções para a sua administração e governança:

JL *Assunto*



Parágrafo Segundo – Caso a penalidade seja pertinente a outras categorias de associados, que não a de associado efetivo, o caso será imediatamente inserido na pauta da próxima reunião do Conselho de Administração, podendo ser decidida o início do processo para exclusão imediata da **AMADA**.

Parágrafo Terceiro – Caso haja um processo administrativo contra algum membro do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, o mesmo será julgado em Assembleia Geral Extraordinária dirigida pelo Presidente do Conselho de Administração, exceto no caso do mesmo estar na condição de acusado, onde será dirigida pelo Presidente do Conselho Fiscal.

Artigo 18 – Quanto aos associados efetivos suspensos, existindo antigas e/ou novas demandas não julgadas em comprometimento a ética e moral junto a **AMADA**, bem como os princípios norteadores da gestão da entidade, inclusive em aspecto financeiro e funcional, o associado será conduzido a próxima Assembleia Geral Extraordinária, sugerindo a sua exclusão imediata.

Artigo 19 - Para desligamento espontâneo de qualquer associado, basta o mesmo encaminhar a solicitação do seu afastamento temporário (com tempo determinado) ou definitivo, através de uma correspondência dirigida à Presidência da **AMADA** e todos os trâmites necessários posteriores serão tomados pela Diretoria Executiva.

Parágrafo Único – O associado que venha a solicitar o seu desligamento espontâneo, poderá retornar ao quadro de associado a qualquer momento, desde que dentro dos trâmites de admissão de cada categoria de associado regulada pelo presente Estatuto, exceto quando houver um precedente administrativo pendente quando do seu afastamento.

Artigo 20 –O retorno de um associado excluído em pauta da Assembleia Geral só será aceito por decisão majoritária de associados efetivos em pleno gozo de seus direitos, em próxima Assembleia Geral.

Artigo 21 – Quando ocorrer falta grave, por parte do associado, que venha a comprometer gravemente a **AMADA**, o Conselho de Administração poderá se reunir e decidir pela exclusão do mesmo, sem a necessidade de advertência ou suspensão, apenas sendo necessária a consolidação da exclusão em próxima reunião de Assembleia Geral.

Artigo 22 – Todo associado encaminhado para exclusão terá direito ao contraditório e ampla defesa em Assembleia Geral subsequente, tendo decisão final na referida AG.

CAPÍTULO V

DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Artigo 23 – São direitos do associado efetivo:

- I –Frequentar a sede da **AMADA**;
- II–Usufruir dos serviços oferecidos da **AMADA**;

JL *APR 10*



- I - Assembleia Geral;
- II - Conselho de Administração;
- III - Conselho Fiscal;
- IV - Diretoria Executiva (Gestão Administrativa, Técnica e Social).

Artigo 28 – As Assembleias Gerais poderão ser ordinárias ou extraordinárias, sendo órgão supremo de decisão. Qualquer assunto será decidido por aclamação ou voto secreto.

Artigo 29 – O Conselho de Administração é composto por 06 (seis) membros, eleitos entre os associados efetivos, com mandato de 03 (três) anos. Desse número, todos serão considerados conselheiros, sendo que um deles será o Presidente.

Artigo 30 - O Conselho Fiscal é composto por 03 (três) membros titulares e 01 (um) suplente, eleitos entre os associados efetivos, com mandato de 03 (três) anos.

Artigo 31 – A Diretoria Executiva é composta pelo Gerente Administrativo, pela Gerente Técnica de Serviços de Atendimento Multidisciplinar, pelo Coordenador de Gerenciamento Projetos e Captação de Recursos, pelo Coordenador de Serviços Pedagógicos, pelo Coordenador de Serviços Clínicos e pelo Coordenador de Serviço Social.

Artigo 32 – A Diretoria Executiva será o braço executor na Gestão Administrativa, Técnica e Social, tendo nessas áreas a responsabilidade pelo planejamento, execução e acompanhamento técnico e cotidiano da **AMADA**, cujos cargos de gerência e coordenação a serem distribuídos nelas deverão ser por profissionais remunerados ou não, não necessariamente associados efetivos.

Artigo 33 – Os componentes da Diretoria Executiva serão considerados Gestores Administrativos e Sociais da **AMADA**, tendo as deliberações advindas do Conselho de Administração e de Assembleias Gerais.

Artigo 34 – Apesar da operacionalização ser de responsabilidade da Diretoria Executiva, as decisões administrativas, salvo em relação a soberania da Assembleia Geral e competência do Conselho Fiscal, sempre terão responsabilidade do direcionado aos membros do Conselho de Administração, que orientaram ou validarão as decisões da Diretoria Executiva.

CAPÍTULO VII DAS ASSEMBLEIAS GERAIS

Artigo 35 – As Assembleias Gerais poderão ser ordinárias ou extraordinárias, sendo elas órgão supremo de decisão da **AMADA**. São eventos abertos ao público, podendo haver manifestação de opinião por qualquer associado e demais presentes, se existir tempo hábil, dentro da ordem de pautas e inscrição de falas e informes.

Artigo 36 – A Assembleia Geral Ordinária, reunir-se-á sempre no primeiro trimestre de cada ano.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral Ordinária Eletiva se reunirá de 03 (três) em 03 (três) anos, para eleger e dar posse aos membros do Conselho de Administração

J. L. Pereira



e do Conselho Fiscal. Em caso de existirem outras pautas na Assembleia Geral Eletiva essas deverão ser tratadas antes do processo eletivo.

Parágrafo Segundo - No ato da posse do mandato, todos os membros eleitos deverão apresentar declaração de bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a qual deverá ser devidamente arquivada na secretaria da **AMADA** e ainda, ser atualizada anualmente e no momento em que deixarem o cargo, com a indicação da respectiva variação patrimonial.

Artigo 37 – Compete a Assembleia Geral Ordinária:

- I – Eleger membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal;
- II – Aprovar o Planejamento Estratégico;
- III – Aprovar o Plano de Atendimento aos Autistas e familiares;
- IV – Aprovar o Relatório Anual de Gestão;
- V – Aprovar o Balanço e a Prestação de Contas Anual.

Artigo 38 – Compete à Assembleia Geral Extraordinária:

- I - Aprovar o Estatuto e o Regimento Interno e demais documentações de gestão e desenvolvimento institucional;
- II - Discutir assuntos sobre bens e patrimônios da **AMADA** e relatórios da Diretoria Executiva e dos Conselhos Fiscal e do Conselho de Administração;
- III - Alterar ou reformar o presente estatuto;
- IV - Dissolução da **AMADA**
- V - Demais assuntos de relevância da **AMADA**;
- VI - Destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- VII - Excluir em última instância associados efetivos e demais associados;
- VIII - Alterar logomarca institucional ou a logomarca da gestão.
- IX - Demais assuntos de relevância da **AMADA**.

Artigo 39 – A Assembleia Geral Extraordinária, poderá se reunir quantas vezes for necessário, sempre que o assunto for de interesse da **AMADA**

Artigo 40 – Poderão convocar as Assembleias Gerais o Presidente do Conselho de Administração, o Presidente do Conselho Fiscal e 03 (dois) ou mais membros do coletivo de Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva.

Parágrafo Único -Para o processo eletivo, como será tratado em artigo específico, a comissão eleitoral ficará responsável pela convocação da Assembleia Geral.

Artigo 41 – A convocação das Assembleias Gerais deverá ser realizada da seguinte forma:

- I - Por fixação de edital no quadro de aviso da sede e em página oficial da entidade na *internet* com antecedência mínima de 15 (quinze) corridos. O prazo mínimo para a Assembleia Geral Eletiva será diferenciado, a saber, 30 (trinta) dias corridos. Todos os meios oficiais de comunicação da entidade poderão ser utilizados para divulgação, como por exemplo e-mails, SMS, mídias eletrônicas e sociais e outros que estejam ativos no momento da convocação.

JLP *4/12/2012*

Artigo 42 – As deliberações das Assembleias Gerais Extraordinárias poderão ser da seguinte forma:

- I - Na primeira convocação com presença no mínimo de metade mais 1 (um) dos associados em pleno gozo dos seus direitos;
- II - A segunda convocação quinze minutos depois, com qualquer número de associados;

Artigo 43 – O edital de convocação das assembleias deverá conter:

- I - Data da Assembleia;
- II - Horário da Assembleia;
- III - Local com endereço completo do certame;
- IV - Pauta da Assembleia Geral.

Artigo 44 – As Assembleias Gerais poderão ser convocadas pelo:

- I - Presidente do Conselho de Administração ou Presidente do Conselho Fiscal;
- II - Maioria dos membros do Conselho de Administração ou maioria dos membros da Diretoria Executiva;
- III - Por 02 (dois) membros titulares do Conselho Fiscal;
- IV - Por 1/5 (um quinto) dos associados efetivos em pleno gozo dos seus direitos.

Artigo 45 – Nas votações realizadas nas Assembleias Gerais todos os associados efetivos em pleno gozo dos seus direitos, terão direito a voto e decisão. Todo assunto será decidido por aclamação, ou voto secreto em caso de qualquer discordância e contestação. Em caso de discordância e contestação o assunto necessitará de voto secreto e maioria para ser aprovado.


CAPÍTULO VIII DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 46 – O Conselho de Administração é composto dos seguintes cargos:

- I - Presidente;
- II - Vice-Presidente;
- III - Primeiro Secretário;
- IV - Segundo Secretário;
- V - Primeiro Tesoureiro;
- VI - Segundo Tesoureiro.

Artigo 47 – Compete ao Conselho de Administração:

- I - Representar a **AMADA** nos seus atos, além de contratar e demitir funcionários;

- 
- II - Reunir-se no mínimo 01 (uma) vez por mês, convocando quando necessário setores pertinentes e convidados externos a instituição relacionada aos assuntos de pauta e repassando as decisões do colegiado para serem executadas pela Diretoria Executiva;
 - III - Construir em parceria as equipes de Gestão Administrativa, Técnica e Social o Regimento Interno, Plano de Atendimento aos Autistas e Familiares, Planejamento Estratégico, Plano Anual de Gestão e Relatório de Gestão, entre outras documentações de Gestão e Desenvolvimento Institucional;
 - IV - Aplicar advertência por escrito e suspensão a associados;
 - V - Fomentar a participação de pais e amigos dos autistas nas comissões de trabalho;
 - VI - Em todo início de cada ano, elaborar o Calendário Anual Administrativo. VII - Iniciar o processo eletivo, convocando Assembleia Geral Extraordinária para a escolha da Comissão Eleitoral.
 - VIII- Participar aos Presidentes Beneméritos uma vez por ano os trabalhos e progressos realizados pela **AMADA**;
 - IX- Integralizar todos os membros beneméritos e de honra dos direitos estatutários que possuem.

Parágrafo Único - As reuniões do Conselho de Administração serão dirigidas pelo Presidente da **AMADA**, que tratará todos os assuntos pertinentes as reuniões administrativas, com pauta previamente acordada, dando a todos os integrantes dela direitos iguais de voz, voto e ser votado, podendo qualquer um dos seus integrantes trazer voto divergente, por se tratar de um colegiado harmônico. O Presidente da **AMADA** conduzirá as reuniões juntamente com o Primeiro Secretário, dando preferência a manifestação inicialmente aos demais integrantes, terá direito a voto de minerva ou de qualidade, sendo o último a votar.

Artigo 48 – Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

- I - Administrar a **AMADA** em conjunto com os demais membros da Diretoria Executiva;
- II - Representar a **AMADA** em todos os níveis existentes, inclusive judicialmente e extrajudicialmente;
- III - Convocar Assembleias Gerais e presidir Assembleias Gerais (AGO'S e AGE'S), exceto quando pertinente ao processo eletivo;
- IV - Assinar documentos, recebimentos e pagamentos em conjunto com o Primeiro Tesoureiro;
- V - Assinar atas e documentos administrativos em conjunto com o Primeiro Secretário;
- VI - Definir planos e calendários de atividades, em conjunto com a Diretoria Executiva;
- VII - Em relação as decisões de maior relevância e urgência que a Presidência tenha de tomar anteriormente as reuniões do Conselho de Administração, as mesmas serão acrescentadas aos demais assuntos da pauta da próxima reunião;
- VIII-Diplomar os membros beneméritos e de honra, para a sua atuação, de acordo com os direitos estatutários previstos;
- IX – Criar no início do mandato e revisar no início de todo o ano uma resolução estabelecendo os participantes das Comissões de Trabalho e seus respectivos responsáveis, mantendo reuniões periódicas com os mesmos.



Artigo 49 – Compete ao Vice-Presidente do Conselho de Administração:

- I - Representar o Presidente quando esse formalizar afastamento de suas atividades, assumindo na ocasião as atribuições conferidas ao mesmo;
- II - Em caso de vacância da vaga do Presidente, o Vice-Presidente terá que assumir a vaga até o fim do mandato;
- III - Exercer funções e atribuições supletivas da administração da **AMADA** que forem confiadas pelo Presidente;
- IV - Acompanhar o Presidente em reuniões e atividades estratégicas a administração da **AMADA**, sempre que solicitado pelo mesmo e conforme sua agenda de compromissos.

Artigo 50 – Compete ao Primeiro Secretário do Conselho de Administração:

- I - Secretariar Reuniões e Assembleias Gerais;
- II - Arquivar documentos e correspondências e manter sobre sua guarda, em local trancado da sede da **AMADA**, os livros de Secretaria;
- III - Supervisionar no intuito de controle e cooperação mútua ao funcionamento de todos os serviços de secretaria da **AMADA**;
- IV - Entregar nas duas primeiras reuniões de mandato cópia de Estatuto da **AMADA** para todos os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal;
- V - Disponibilizar em documento, da maneira mais lúdica possível, preconizações do Estatuto Social da **AMADA** para associados e sociedade em geral (em endereço eletrônico/site oficial da instituição);
- VI - É obrigação do Primeiro Secretário dar publicidade das reuniões ao Conselho de Administração, Diretores Executivos, Conselho Fiscal e Presidentes Beneméritos e de Honra.
- VII - Enviar e-mails e conjuntamente demais formas de comunicação para avisar e lembrar participantes de reuniões previstas em calendário anual e também em reuniões extraordinárias.

Artigo 51 – Compete ao Segundo Secretário do Conselho de Administração:

- I - Representar o Primeiro Secretário quando esse formalizar afastamento de suas atividades, assumindo na ocasião as atribuições conferidas ao mesmo;
- II - Em caso de vacância da vaga do Primeiro Secretário, o Segundo Secretário terá que assumir a vaga até o fim do mandato;
- III - Exercer funções e atribuições supletivas da secretaria da **AMADA** que forem confiadas pelo Primeiro Secretário;
- IV - Acompanhar o Primeiro Secretário em reuniões e atividades estratégicas a secretaria da **AMADA**, sempre que solicitado pelo mesmo e conforme sua agenda de compromissos.

Artigo 52 – Compete ao Primeiro Tesoureiro do Conselho de Administração:

- I - Organizar o setor contábil e de finanças;
- II - Assinar em conjunto com o Presidente as liberações de pagamentos;
- III - Elaborar o balanço anual e os balancetes mensais;

GLP



- IV - Acompanhar e/ou proceder aos recebimentos e pagamentos, elaborando o Fluxo de Caixa;
- V - Levantamento trimestral de previsão orçamentária;
- VI - Quando necessário, facilitar a organização de auditoria interna e externa.

Artigo 53 – Compete ao Segundo Tesoureiro do Conselho de Administração:

- I - Representar o Primeiro Tesoureiro quando esse formalizar afastamento de suas atividades, assumindo na ocasião as atribuições conferidas ao mesmo; II - Em caso de vacância da vaga do Primeiro Tesoureiro, o Segundo Tesoureiro terá que assumir a vaga até o fim do mandato;
- III - Exercer funções e atribuições supletivas da tesouraria da **AMADA** que forem confiadas pelo Primeiro Tesoureiro;
- IV - Acompanhar o Primeiro Tesoureiro em reuniões e atividades estratégicas a tesouraria da **AMADA**, sempre que solicitado pelo mesmo e conforme sua agenda de compromissos.

CAPÍTULO IX DO CONSELHO FISCAL

Artigo 54 – O Conselho Fiscal é composto dos seguintes cargos:


- I - Presidente;
- II - Secretário; III - Relator;
- IV - Um Suplente.

Artigo 55 – O Conselho Fiscal é composto por 03 (três) membros titulares e 01 (Um) membro suplente, eleitos entre os associados efetivos, em pleno gozo de seus direitos, preferencialmente com experiência administrativa, contábil e fiscal, com mandato de 03 (três) anos.

Artigo 56 – Compete ao Conselho Fiscal:

- I - Reunir-se no mínimo 02 (duas) vezes por ano, 01 (uma) em cada semestre, com a finalidade de examinar e emitir Parecer Conclusivo sobre as Contas do Conselho de Administração da **AMADA**, deliberando com a presença de seus membros titulares e convocando o suplente no caso de ausência de um titular (para exercer com total legitimidade a titularidade). O Parecer Conclusivo será elaborado de forma individual para cada temática de prestação de contas, podendo ser cada Parecer aprovado por unanimidade ou maioria absoluta, com ressalvas ou sem ressalvas;
- II - Examinar todos os livros de escrituração da entidade;
- III - Examinar os balancetes apresentados pelos tesoureiros, emitindo Parecer Conclusivo a respeito;
- IV - Opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas;
- V - Opinar sobre a aquisição e alienação de bens;
- VI - Realizar auditorias, inclusive com o auxílio de auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de termo de parceria, conforme previsto em regulamento;

gl *Assessor*

- 
- VII - Fornecer a cada 06 (seis) meses, relatórios da situação fiscal e sugestões, quando necessárias, para prevenir e corrigir problemas;
 - VIII - Utilizar serviços de terceiros, quando se fizer necessário, para realizar auditorias e emitir relatórios de avaliação dos programas e projetos;
 - IX- Supervisionar no intuito de controle e cooperação mutua o funcionamento de todos os serviços financeiros e fiscais da **AMADA**;
 - X - Promover solicitação da abertura de processos administrativos e, junto a outras instâncias cabíveis, caso necessário;
 - XI- Repassar ao público envolvido com a **AMADA** e a sociedade em geral informações requeridas por lei e outras que sejam relevantes para os valores institucionais da **AMADA**, quanto ao objeto social e ao objeto contábil e financeiro da instituição, acompanhadas de devido Parecer do Conselho Fiscal, através de publicação institucional em seu site oficial e no mural da sua sede.

Parágrafo Primeiro - Destaca-se a tarefa em relação a divulgação em seu sítio na internet, e em locais visíveis da sede social e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com o poder público, em observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade.

Parágrafo Segundo - Também se dará publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e as Demonstrações Financeiras da entidade, incluídas as certidões negativas de débitos com a Previdência Social, com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, com as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão.

Parágrafo Terceiro - As reuniões e decisões do Conselho Fiscal serão por voto ou aclamação dos membros titulares. Quando algum dos 03 (três) membros titulares não concordar com algum assunto, será realizada votação. Em caso de possíveis faltas de membros e empate, o Presidente do Conselho Fiscal terá voto de minerva.

Artigo 57 - Ao Presidente do Conselho Fiscal compete:

- I -Presidir reuniões do Conselho Fiscal;
- II -Assinar documentos relativos aos pareceres do Conselho Fiscal;
- III -Representar o Conselho Fiscal perante o Conselho de Administração;
- IV -Votar nas matérias de apreciação;
- V -Representar a **AMADA**, em assuntos de sua alçada, juntamente ao Presidente da **AMADA**, inclusive judicialmente e extrajudicialmente.

Artigo 58 - Aos Conselheiros do Conselho Fiscal compete:

- I -Manter sobre sua guarda, em local trancado da sede da **AMADA**, os livros e documentos relativos ao conselho fiscal;
- II - O Relator nas reuniões de Conselho Fiscal dará parecer, reunindo todas as análises individuais de prestação de contas por temáticas separadas, para votação (também individual, por temática);
- III - O Secretário ficará responsável por redigir as atas das reuniões de Conselho Fiscal. Também substituirá o presidente do Conselho Fiscal quando

Handwritten signature and initials in blue ink.

esse formalizar afastamento de suas atividades, assumindo na ocasião as atribuições conferidas ao mesmo.

Artigo 59 - O Conselho Fiscal poderá contratar serviços de terceiros para realizar auditorias, inclusive auditores externos independentes, e emitir relatórios de avaliação dos programas e projetos. Para autorização dessa contratação deverá enviar pedido específico para aprovação de Assembleia Geral;

Artigo 60 - Em caso de vacância de membros do Conselho Fiscal, o suplente do Conselho Fiscal assumirá a titularidade. O suplente – enquanto ainda no exercício de sua suplência - também poderá colaborar com os demais membros nos trabalhos, naquilo em que for solicitado ou tiver iniciativa aceita pelos mesmos.

CAPÍTULO X

DO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES, APLICAÇÃO DE EXCEDENTES OPERACIONAIS, DA GESTÃO ADMINISTRATIVA, TÉCNICA E SOCIAL

Artigo 61 – Durante o desenvolvimento de suas atividades e para a persecução de suas finalidades, a **AMADA** observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, sendo-lhe vedada qualquer prática que importe em discriminação de raça, cor, gênero ou religião.

Parágrafo Único – Para o alcance das finalidades a que se propõe, a **AMADA** atuará por meio da execução direta de projetos, programas ou planos de ação, inclusive através da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, e da prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins.

Artigo 62 – A **AMADA** não distribui entre seus associados, conselheiros, diretores, empregados, gerentes, coordenadores ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio auferidos durante o exercício de suas atividades, e aplica integralmente referidos excedentes para a consecução de suas finalidades.

Parágrafo Único – Os cargos eletivos do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da **AMADA** não poderão possuir parentesco entre si, seja cônjuge ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o primeiro grau, princípios fundamentais da gestão administrativa.

Artigo 63 – A **AMADA** adota práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes que coíbem a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência do sistema de participação nos processos decisórios adotado.

Artigo 64– A Diretoria Executiva será composta pelo Gerente Administrativo, pelo Gerente Técnico de Serviço de Atendimento Multidisciplinar, pelo Coordenador de Gerenciamento de Projetos e Captação de Recursos, pelo Coordenador de Serviços Pedagógico, pelo Coordenador de Serviços Clínicos e pelo Coordenador de Serviço Social. As suas principais atribuições serão:

- I –Revisar e aprovar o Plano de Atendimento aos Autistas e Familiares;
- II –Revisar e aprovar o Planejamento Estratégico;

GLP



- III - Revisar e aprovar o Plano Anual de Gestão, o Relatório de Gestão e demais documentos norteadores institucionais;
- IV - Após aprovação da Diretoria Executiva o Conselho de Administração também analisará e aprovará ou não de forma final, fazendo os ajustes necessários.

Parágrafo Primeiro - A Presidência da Diretoria Executiva será exercida pelo Gerente Administrativo da **AMADA**.

Parágrafo Segundo - A Diretoria Executiva se reunirá no mínimo 02 (duas) vezes por ano, 01 (uma) em cada semestre, podendo ser convocadas outras reuniões extraordinariamente, de acordo com a demanda, solicitadas pela Gerência Administrativa ou pelo menos 02 (dois) ou mais de seus membros.

Artigo 65 - As decisões da Diretoria Executiva serão realizadas por aclamação, ou voto quando algum membro discordar da decisão em pauta e da aclamação. Em caso de possíveis faltas de membros e empate, o presidente da Diretoria Executiva em exercício terá voto de minerva ou de qualidade.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva deverão ser integradas ao Conselho Consultivo (a ser regulado por Regimento Interno), convidando pessoas públicas e pessoas com capacidade em assuntos técnicos necessários as reuniões para contribuírem nas discussões que sejam pertinentes em prol da **AMADA**.

Parágrafo Terceiro - As decisões tomadas nas reuniões da Diretoria Executiva serão levadas para apreciação dos membros e da presidência do Conselho de Administração, através de suas reuniões mensais, podendo serem aprovadas ou vetadas.

Artigo 66 - A estrutura e os recursos das áreas de Gestão Administrativa, Técnica e Social serão dimensionados conforme o volume de atividades, podendo variar em função do número de ações continuadas, projetos e programas da **AMADA**.

- I - Gestão Administrativa - O Gerente Administrativo da **AMADA** deverá possuir capacidade técnica para a função, contratado e remunerado ou não, conforme as possibilidades financeiras da instituição. O profissional será responsável técnico pela Gestão Administrativa da **AMADA**, gerenciando os tramites administrativos e financeiros de todos os setores, sob direção do Conselho de Administração, tendo também o compromisso de fomentar a construção do Relatório Anual de Gestão;
- II - Gestão Técnica (Serviços) - A Gerente Técnica de Serviço de Atendimento Multidisciplinar, o Coordenador de Serviços Pedagógicos, o Coordenador de Serviços Clínicos e o Coordenador do Serviço Social deverão possuir capacidade técnica para a função, contratados e remunerados ou não, conforme as possibilidades financeiras da instituição, sendo responsáveis técnicos de Serviços da **AMADA**. Compete-os a função de direcionar o Atendimento (Acolhimento e Acompanhamento), a Difusão de Conhecimento Sobre Autismo (Capacitação e Pesquisa) e a Defesa e garantia de direitos relacionados as áreas clínica e pedagógica, sob direção do Conselho de Administração, também em trabalho integrado ao Gerente

J.P. *Almeida*



Administrativo e ao Coordenador de Gerenciamento de Projetos e Captação de Recursos. As

Coordenações Clínica e Pedagógica serão subordinadas a Gerência Técnica. III- Gestão Social (Gerenciamento de Projetos e Captação de Recursos) - O Coordenador de Gerenciamento de Projetos e Captação de Recursos deverá possuir capacidade técnica para a função, contratado e remunerado ou não, conforme as possibilidades financeiras da instituição. O profissional responsável técnico pelo Gerenciamento de Projetos e Captação de Recursos da **AMADA**, compete a função de gerenciar os Projetos e Captação de Recursos, exercendo atividades de participação social em diversas instâncias do terceiro setor e da rede de políticas públicas e ações complementares, sob direção do Conselho de Administração. Devendo contribuir para a quantificação e levantamento de dados e resultados do desempenho dos serviços e quanto ao relacionamento interpessoal entre as equipes.

Parágrafo Primeiro - A Diretoria Executiva será considerada responsável pela Gestão Administrativa, Técnica e Social, sendo responsável estratégica e de governança dos setores, em direcionamentos determinados nos Planos Diversos, construídos pelo Conselho de Administração e seus colaboradores, além de direcionamentos advindos do mesmo referido Conselho.

Parágrafo Segundo - Aos gerentes, coordenadores e demais profissionais caberá responsabilidade das execuções e supervisões dos direcionamentos previstos nas documentações oficiais da instituição (regimento interno, planejamento estratégico, entre outros) e com orientações oficiais junto ao Conselho de Administração e Assembleias Gerais (portarias, ci's, e-mail's, entre outros), ao que venha comprovadamente ser de suas competências. Os profissionais serão responsáveis pelas decisões funcionais de sua imperícia e as instâncias superiores de ordenações que firmam os princípios da ética e de pareceres técnicos documentados.

Parágrafo Terceiro - Para cooperar com esses setores, poderão ser designados ou contratados profissionais para atuarem nas áreas de Assessoria de Criação e Relações Públicas e de Tecnologia (Área de Comunicação), Jurídica, Contábil e de Finanças, entre outras. Também poderão ser contratados profissionais considerados de Apoio, a saber: Apoio Administrativo, de Apoio em Serviços Gerais, Apoio em Secretaria, Serviço Social, Pedagogia, Psicologia, entre outros, sendo alocados nos setores adequados e regidos por Regimento Interno da **AMADA**.

Artigo 67 - Caso as funções de Gerência e Coordenação sejam exercidas por associados efetivos, os mesmos poderão votar e serem votados normalmente, sem nenhuma interferência em todos os seus direitos de associados efetivos.

CAPÍTULO XI DO PROCESSO ELETIVO

Artigo 68 - O Conselho de Administração iniciará o processo eleitoral, convocando uma Assembleia Geral Extraordinária, para escolher a Comissão Eleitoral.

JL *4/11/13*



Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral Extraordinária para escolha da Comissão Eleitoral deverá ser realizada com pelo menos 60 (sessenta) dias antes da Assembleia Geral Eletiva para eleição final.

Parágrafo Segundo - Essa Assembleia Geral Extraordinária escolherá, através de aclamação e consenso, uma Comissão Eleitoral, composta por 02 (dois) associados efetivos em pleno gozo de seus direitos, que não participarão como candidatos. Posteriormente às candidaturas homologadas, 01 (um) representante de cada chapa do Conselho de Administração, será indicado para inclusão na Comissão Eleitoral.

Parágrafo Terceiro - A partir da sua criação, a Comissão Eleitoral cuidará de todo o processo eleitoral, passando pelas seguintes fases: Elaboração e Divulgação de Edital de convocação de eleições; Análise da inscrição dos candidatos, face aos requisitos do presente estatuto e ao Edital Eleitoral; Divulgação das candidaturas homologadas; Esclarecimentos de dúvidas sobre as candidaturas; Coordenação da divulgação das propostas dos candidatos por meio dos seguintes meios de comunicação oficiais da **AMADA**: site, facebook, WhatsApp, e-mail, entre outros; Divulgação de edital eletivo e realização da Assembleia Geral Ordinária Eletiva; Divulgação do resultado da eleição e elaboração da ata eletiva e registro em cartório.

Parágrafo Quarto - A posse de novo mandato ocorrerá em data a ser designada após a eleição.

Parágrafo Quinto - O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal apresentará sua candidatura enquanto chapa individuais.

Parágrafo Sexto - Os candidatos não poderão ser cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de nenhum dos outros candidatos do mesmo pleito eletivo, seja para o Conselho de Administração ou Conselho Fiscal.

Artigo 69 – A chapa candidata ao Conselho de Administração e os candidatos do Conselho Fiscal deverão inscrever sua candidatura, com seus respectivos nomes e cargos, protocoladas junto à secretaria da **AMADA**, segundo data estipulada pela Comissão Eleitoral, com antecedência hábil a Assembleia Geral Eletiva. Deverão também apresentar:

- I - RG e CPF;
- II - Comprovante de residência;
- III - Comprovante de situação cadastral do CPF;
- IV - Curriculum Vitae, acompanhado de toda a documentação comprobatória das informações constantes desse documento e das demais exigências da Comissão Eleitoral;
- V - Comprovação de renda individual e/ou familiar;
- VI - As chapas também deverão apresentar propostas e indicar um membro de sua chapa para compor a Comissão Eleitoral (os mesmos apenas acompanharão e apoiaram aos outros 02 (dois) membros no que esses lhe solicitem).

Parágrafo Primeiro - Considerando que o cargo no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal é ato voluntário, de benemerência e filantrópico, se faz necessário

GP P. B. S. S.



demonstrar conforme documentação identificada no inciso V. Isso se faz necessário para demonstrar a autonomia e isenção financeira dos candidatos, e em congruência com os princípios e valores éticos que norteiam a gestão da entidade.

Parágrafo Segundo - Os cargos eletivos do Conselho de Administração e Conselho Fiscal são exclusivos dos associados efetivos, que estejam em pleno gozo de seus direitos de associado. Terão duração 03 (três) anos, com direito a 01 (uma) reeleição. Não existindo outra chapa candidata são permitidas novas reeleições.

Parágrafo Terceiro - No caso de não existir a inscrição de ao menos uma chapa, no período eletivo, será permitida votação em candidatos que se candidatem no momento da eleição, além da revisão de critérios estabelecidos nesse edital a candidatos que já tenham protocolado seus pedidos de candidatura (apenas no caso de decisão da Assembleia Geral Eletiva, que é soberana).

Parágrafo Quarto - Também será aceita candidatura de candidatos que não contemplem critérios relacionados ao de contribuição financeira de associado efetivo, podendo serem aceita ou não a chapa na Assembleia Geral Eletiva.

Parágrafo Quinto - No caso de maioria presente na Assembleia Geral Eletiva não aceite a chapa apresentada, a atual gestão terá prorrogação de mandato por mais 01 (um) ano, tendo os mesmos trâmites eletivos previstos quanto ao prazo de encerramento de mandatos. Assim, ocorrerá sucessivamente, e enquanto não existir chapa, sempre o mandato da atual gestão será prorrogado por mais 01 (um) ano, até que nova chapa se apresente para o pleito aos cargos eletivos.

Parágrafo Sexto - Caso os candidatos não atendam plenamente os requisitos e critérios do presente estatuto e do Edital Eleitoral, a Comissão Eleitoral poderá solicitar adequações e até mesmo dar parecer na matéria para apreciação da Assembleia Geral Eletiva.

Parágrafo Sétimo - De preferência, a chapa do Conselho de Administração deverá possuir membros da atual gestão ou de antigas gestões mesclados com novos membros. Isso se faz necessário para melhor troca de conhecimentos e experiências em relação as atividades da **AMADA**. Caso alguma chapa conte com algum ex-presidente do Conselho de Administração como candidato a algum cargo, a chapa no dia da votação já iniciará a contagem com 05 votos de vantagem (outros membros do Conselho de Administração e Fiscal contarão 02 votos). Essa vantagem será contabilizada pela Comissão Eleitoral.

Artigo 70 - Para impugnação de candidatos ou de chapas, a mesma deverá ser realizada por escrito dirigida à Comissão Eleitoral e protocolada junto à secretaria da **AMADA**, até 07 (sete) dias anteriores ao dia da eleição.

Artigo 71 - A desistência por meio de impugnação da própria chapa ou de candidatos deverá ser protocolado junto à secretaria da **AMADA**. A solicitação de impugnação também poderá ser realizada por qualquer associado efetivo, por escrito e claramente identificada e fundamentada, sendo encaminhada e julgada pela Comissão Eleitoral.

Artigo 72 - Caso, após julgamento da impugnação, não haja mais chapas ou candidatos individuais, se aplicará os trâmites do parágrafo terceiro do artigo 68.

GLP *[assinatura]*



Artigo 73 – A eleição ocorrerá em Assembleia Geral Ordinária, da seguinte forma:

- I - A Comissão Eleitoral será formada por 02 (dois) associados efetivos que não sejam candidatos, além de 01 (um) membro de cada chapa candidata, indicados no ato de inscrição no processo eleitoral;
- II - A Comissão Eleitoral fará a condução da Assembleia Geral Eletiva;
- III - A pauta da Assembleia Geral Eletiva será preferencialmente apenas a própria eleição;
- IV - A Comissão Eleitoral dirigirá essa Assembleia do início ao fim;
- V - Para cada chapa candidata, na Assembleia Eletiva, será destinado um período para apresentação da sua plataforma de trabalho, obedecendo o limite de tempo especificado pela Comissão Eleitoral;
- VI - A votação será secreta, sendo os votos depositados em uma urna lacrada, exposta na mesa da Comissão Eleitoral;
- VII - Inicialmente será realizada a votação do Conselho de Administração, conforme chapas apresentadas;
- VIII - Encerrada a votação, será realizada a contagem dos votos pela Comissão Eleitoral. Após a contagem, será proclamada a chapa eleita para o Conselho de Administração;
- IV - Posteriormente, na mesma seção eletiva, será realizada a votação do Conselho Fiscal;
- X - Encerrada a votação, será realizada a contagem dos votos pela Comissão Eleitoral. Após a contagem, será proclamada a chapa eleita para o Conselho Fiscal;
- XI - A decisão final poderá ocorrer por aclamação, em caso de chapas únicas para Conselho Administrativo e Conselho Fiscal.

Artigo 74 – A chapa eleita do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal terão direito a solicitar um período de transição. Deverão fazer a solicitação por escrito, registrada na Secretaria da **AMADA**, tendo também resposta oficial do antigo Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Essa transição deverá ser realizada antes do início do mandato do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, sendo necessário haver registro da solicitação e da concessão na transição.

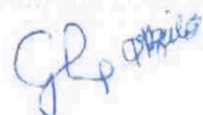
Parágrafo Único - Deverá a antiga gestão como transição informar rigorosamente, após o encerramento da sua gestão, todas as informações dos funcionais, úteis e necessárias da instituição, sobretudo as que a chapa eleita solicite para dar continuidade aos trabalhos na entidade, em pelo menos duas (02) reuniões para essa finalidade.

CAPÍTULO XII

DAS RECEITAS E PATRIMÔNIO

Artigo 75 – Constituem receita da **AMADA**:

- I - Contribuições de pessoas físicas e jurídicas;
- II - Mensalidades de associados efetivos;
- III - Doações e legados;
- IV - Usufrutos que lhe forem conferidos;





- V - Receitas de bazar;
- VI - Rendas em seu favor constituído por terceiros;
- VII - Rendimentos de imóveis próprios ou de terceiros;
- VIII - Juros bancários e outras receitas financeiras;
- IX - Captação de renúncias e incentivos fiscais;
- X - Receitas sobre direitos autorais de produção de materiais promocionais;
- XI - Resultados de eventos e prestação de serviços;
- XII - Patrocínios.

Parágrafo Primeiro - Em contrapartida a tais apoios, a **AMADA** em parceria também poderá apresentar contrapartidas, como responsabilidade e marketing social, tendo divulgação de marca do associado, entre outros itens que englobem tais áreas, em prol do benefício direto ou indireto das suas finalidades estatutárias;

Parágrafo Segundo - O local da sede da **AMADA** também poderá ser utilizado para execução de tais parcerias, em eventos, criação de indoor's e outdoor's, banners, entre outros, quando parte ou toda a renda obtida em tais ações for destinada para as suas finalidades estatutárias (trabalhando em parceria com o apoio das empresas, instituições e pessoas físicas; tendo contrapartidas da **AMADA**).

Artigo 76 - Todas as receitas serão destinadas a manutenção diretamente ou indiretamente das finalidades da **AMADA**, inclusive na manutenção administrativa da instituição, sempre em benefício direto e indireto aos autistas e seus familiares referenciados na instituição.

Artigo 77 - O patrimônio da **AMADA** será constituído de bens identificados em escritura pública, que vier a receber por doação, legados e aquisições, livres e desembaraçadas de ônus.

Artigo 78 - A contratação de empréstimo que venha a contrair de bancos ou através de particulares, e que venha a agravar do ônus sobre o patrimônio da **AMADA**, dependerá da aprovação dos Conselhos de Administração e Fiscal.


CAPÍTULO XIII DOS LIVROS

Artigo 79 – A **AMAES** manterá imprescindivelmente os seguintes livros:

- I - Livro de presença das Assembleias Gerais e reuniões;
- II - Livro de ata das Assembleias Gerais e de reuniões;
- III - Livros fiscal e contábil;
- IV - Demais livros exigidos pelas legislações.

Artigo 80 – Os livros de presença e de ata das Assembleias Gerais e reuniões estarão na **AMADA** com a guarda do secretário do Conselho de Administração e os livros fiscais, contábeis e os demais semelhantes que sejam exigidos pela legislação, estarão na **AMADA** com a guarda dos moderadores do Conselho Fiscal, devendo sofrer vistas pelo presidente do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

Artigo 81 – Os livros estarão na sede da **AMADA**, sendo disponibilizados para o público em geral, sem direito a sua retirada.



Artigo 82 – Os associados efetivos interessados poderão obter cópias dos livros, sem direito a sua retirada, devidamente escrito e fundamentado na Administração.

CAPÍTULO XIV

DOS PRESIDENTES BENEMÉRITOS E DE HONRA

Artigo 83 - A **AMADA** terá em seus quadros perpetuamente a figura dos Presidentes Beneméritos e de Honra, que poderão ter atuação no dia a dia como conselheiros, consultores e coordenadores, cada na sua especialidade e habilidade, em apoio a Diretoria Executiva da **AMADA**, ao Conselho de Administração e também nas AGE'S e AGO'S, com direito a voz e voto nas suas reuniões em geral (Inclusive reuniões do Conselho de Administração), podendo propor assuntos inerentes a **AMADA**.

Parágrafo Primeiro - Os ex-presidentes do Conselho de Administração e da **AMADA** automaticamente serão considerados automaticamente Presidentes Beneméritos e de Honra, para atuar em todas as reuniões do atual Conselho de Administração, com direito a voz e voto. Outros colaboradores relevantes (pessoas físicas e jurídicas) da **AMADA** poderão ser indicados a serem Presidentes Beneméritos e de Honra (exemplo: determinados fundadores da instituição ou pais e amigos dos autistas de grande relevância na história da **AMADA**), nesse caso sendo seus nomes apreciados em votação no Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo - A **AMADA** poderá utilizar nas identificações de seus quadros administrativos e jurídicos, ex-presidentes, nomes de fundadores e colaboradores de pessoas jurídicas e pessoas físicas, de acordo com o *caput*.

Parágrafo Terceiro - Caso um ou mais dos Presidentes Beneméritos e de Honra vierem a se candidatar em quaisquer cargos eletivos o mesmo, mesmo se eleito, só poderá gozar de 01 (um) voto nas reuniões do Conselho de Administração, nas AGE'S e AGO'S e demais reuniões.

Parágrafo Quarto – Os presidentes beneméritos e de honra não serão obrigados a arcar com as doações de associados efetivos, não perdendo de nenhum de seus direitos de voz, voto e eletivos.

CAPÍTULO XV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 84 – O Boletim interno é órgão oficial de divulgação com título "**Boletim Informativo Interno da AMADA**".

Parágrafo Primeiro – Os atos do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e dos demais órgão se departamentos da Associação serão publicados no "**Boletim Interno da AMADA**", publicado no Mural da Associação, Portal Eletrônico, e/ou distribuídos periodicamente de forma física.



Parágrafo Segundo – Todas as publicações do “Boletim Interno da **AMADA**” serão aprovadas previamente pela Presidência da Associação em conjunto com a Diretoria Executiva.

Parágrafo Terceiro – É de competência da Assessoria de Criação e Relações Públicas da **AMADA** a redação, publicação e distribuição do “*Boletim Interno AMADA*”.

Artigo 85 – Caso a **AMADA** venha a ser extinta, deverá ser convocada uma Assembleia Geral Extraordinária, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos, com divulgação em imprensa local de amplo alcance da Grande Vitória, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, na qual resolver pela dissolução total. Efetuará os pagamentos remanescentes necessários, assim todo o patrimônio e os bens da **AMADA** serão destinados a instituição sem fins lucrativos que tenha como público finalístico e único as Pessoas com Transtorno do Espectro Autista – TEA, também que estejam atendendo ao Marco Regulatório do Terceiro Setor, sobretudo quanto a lei 13.204/15. A instituição será indicada e aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração.

Artigo 86 – Poderá qualquer associado ocupar, quando necessário, mais de um cargo nos Órgãos da **AMADA**, porém prestará seus relatórios ao Conselho de Administração e a Assembleia Geral Extraordinária dos avanços e conquistas desta tarefa.

Artigo 87- Dentro das atividades da **AMADA**, fica proibido qualquer tipo de discriminação seja por raça, idade, sexo, etnia ou religião, dentro dos parâmetros exigidos pela Constituição Brasileira em vigor.


Artigo 88 – Nas atividades da **AMADA** ficam expressamente proibidas manifestações de apoio declarado a determinado político, partido de política partidária, religião e/ou outra figura e/ou instituição pública que possa pôr em dúvida a equidade da **AMADA**.

Parágrafo Único - Isso não impede a presença de políticos, autoridades seculares e eclesiásticas, e demais representantes de tais instituições nos eventos e atividades da **AMADA**, em comum acordo. Inclusive existe a possibilidade de sucinta e imparcial citação, por parte de representante da **AMADA**, de realizações relevantes em prol da causa autista.

Artigo 89 – Ocorrendo vaga em algum dos cargos dos Conselhos de Administração e Fiscal, e não havendo suplente, será convocada Assembleia Geral Ordinária, para eleger e preencher o cargo vago, para a complementação do mandato.

Artigo 90 – Das demandas que existam e o presente estatuto se omita, será levado em consideração como documento complementar o Regimento Interno, e caso se faça necessário, o Conselho de Administração poderá expedir temporariamente resoluções – com duração máxima de sua validade de um (01) ano, tendo posteriormente análise da Assembleia Geral Extraordinária quanto a temática. Caso ainda se faça necessário, o mesmo órgão expedirá parecer que sirva enquanto direcionamento ao assunto de forma temporária, com validade até nova alteração de Estatuto.

Handwritten signature: J.L. P. P. P.



Artigo 91 - Os integrantes da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal, não respondem solidariamente nem subsidiariamente pelas obrigações da entidade.

Artigo 92 - O exercício financeiro e fiscal da **AMADA** coincidirá com o ano civil.

Artigo 93 - O Conselho de Administração da **AMADA** poderá criar representações seccionais em qualquer unidade da Federação, nos termos de Resolução por ela expedida, ad referendum da Assembleia Geral;

Artigo 94- Nas datas de aniversário da sua fundação, e, celebrando a entrada em vigor da Lei Federal **12.764 (Lei Berenice Piana)**, a **AMADA** realizará evento público comemorativo.

Parágrafo Único - Que nas datas comemorativas da Instituição, Nacional e Mundial dos Autistas, serão entregues a Integrantes Membros do Conselho de Administração por trabalhos relevantes e de esforços e serviços a **AMADA**, uma Medalha da Ordem do Mérito dos Autistas Itapipoquenses.

Artigo 95 - Outros profissionais e parceiros receberão outras homenagens como, honra ao mérito, amigo da **AMADA**, padrinho ou madrinha da **AMADA**, embaixador ou embaixatriz da **AMADA**, entre outros.

Artigo 96 - As instituições filiadas a **AMADA** deverão inscrever em todo o respectivo material publicitário a frase: "**FILIADA A AMADA**".

Artigo 97 - Atendido dispositivo da Lei 13.204\2015, fica previsto que a **AMADA** apoia e compromete-se com:

- I - Objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;
- II - A promoção, o fortalecimento institucional, a capacitação e o incentivo à organização da sociedade civil para a cooperação com o poder público;
- III - A priorização do controle de resultados;
- IV - O incentivo ao uso de recursos atualizados de tecnologias de informação e comunicação;
- V - O estabelecimento de mecanismos que ampliem a gestão de informação, transparência e publicidade.
- VI - A adoção de práticas de gestão administrativa necessárias e suficientes para coibir a obtenção, individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens indevidas, em decorrência da participação no respectivo processo decisório ou ocupação de posições estratégicas (Capítulo IV – Da Admissão, Suspensão e

Exclusão);

- VII - A constituição de conselho fiscal ou órgão equivalente, dotado de atribuição para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas (Capítulo IX - Do Conselho Fiscal); VIII - A previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta Lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;



IX - O trabalho em rede;

Parágrafo Único – A prestação de contas da **AMADA** observará os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Artigo 98 – Fica expresso que a aprovação em Assembleia Geral Extraordinária do dia **06 de março de 2023**, revoga totalmente todas as decisões anteriores e disposições em contrário.

Artigo 99 - Este Estatuto é assinado pelo Presidente e Secretário Geral da **AMADA** neste ato.

Artigo 100 - O presente Estatuto entrará em vigor após registro no Cartório de Registro das Pessoas Físicas, Jurídicas de Vitória, revogando-se as disposições em contrário.

Artigo 101 - Fica eleito o Foro de Itapipoca-CE, para decidir quaisquer questões judiciais por ventura decorrentes da aplicação deste Estatuto e demais documentos desta **AMADA**.

Itapipoca - CE, 06 de março de 2023.

Priscila Teles Brito

**Priscila Teles
Presidente da AMADA**

**Válido somente com
elo de Autenticidade**

Cartório Moura - 2º Ofício de Itapipoca/CE
AVENIDA ANASTAGIO BRAGA Nº 557, Centro, ITAPIPOCA - CEARA
RECONHEÇO POR SEMELHANÇA A FIRMA DE PRISCILA TELES BRITO EM
TESTE DA VERDADE. DOU FÉ Itapipoca/CE, 06/04/2023 08:30:55

RECONHECIMENTO
DE FIRMA
08931351

Italo Lino Cordeliro
Italo Lino Cordeliro - Escrevente Autorizado
Esp. R\$ 3,60 T.J. R\$ 0,20 TAADEP R\$ 0,13 FR/MVP R\$ 0,12 Sel. R\$ 1,42 Total R\$ 5,51

Gustavo Douglas Braga Leite
**Gustavo Douglas Braga Leite
Advogado
OAB Nº 30.557-CE**

Cartório Moura - 2º Ofício de Itapipoca/CE
AVENIDA ANASTAGIO BRAGA Nº 557, Centro, ITAPIPOCA - CEARA

Registrado no Livro A 55 sob o registro nº 4401 folha 193 a 206V e protocolado no
livro Protocolo de Pessoa Jurídica 02 sob o protocolo nº Protocolo 4811 de
06/04/2023. Em Itapipoca-CE, 06/04/2023. AAO143426-09U9, AAT138265-H1F9,
AAT924333-M9M9

Italo Lino Cordeliro
Italo Lino Cordeliro - Escrevente Autorizado
Esp. R\$ 17,57 FERM/JU. R\$ 15,72 FR/MVP R\$ 8,00 TAADEP R\$ 8,00 Sel. R\$ 17,17 Total



ATA DE FUNDAÇÃO, APROVAÇÃO DE ESTATUTO, ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA E DO CONSELHO FISCAL DA AMADA – ASSOCIAÇÃO DE MAES DE AUTISTAS.

Aos 06 (seis) dias do mês de março de 2023, no seguinte local, na sede da associação à Rua Raimundo Teófilo de Castro, nº 998-B, Bairro Cruzeiro, Itapipoca/CE, CEP 62.503-078, reuniram-se em Assembleia Geral os doravante designados fundadores com a finalidade de fundar uma associação, para fins não econômicos, que se denominará **Associação de Mães De Autistas – AMADA**, em primeira convocação, que contou com a presença de todos os futuros associados, conforme lista de presença em anexo, com a finalidade de constituir a pessoa jurídica de direito privado, constituída na forma de associação civil, sem fins lucrativos e com fins não econômicos, autônoma, de interesse social, apartidária, sem finalidade política ou religiosa, foram debatidos os seguintes pontos de pauta: 1- Criação da Associação; 2- Discursão e aprovação do nome da pessoa jurídica; 3- Discursão e aprovação do Estatuto da Associação; 4 - Eleição e Posse dos membros da administração da Associação. A assembleia Geral foi instaurada em primeira chamada, tendo sido aclamada como Presidente a Sra. **Priscila Teles Brito**, brasileira, solteira, enfermeira, portadora do documento de Identificação RG nº 2007153133-0 expedido pela SSP-CE, inscrita no CPF sob o nº 051.228.713-96, residente e domiciliada à Rua Raimundo de Castro, nº 998, Bairro Cruzeiro, na cidade de Itapipoca-CE, e para secretariá-lo foi indicado a Sra. **Francisca Estefânia Teles Brito**, brasileira, solteira, servidora pública, portadora do documento de Identificação RG nº 2006098091379 expedido pela SSP-CE, inscrita no CPF sob o nº 952.061.753-15, residente e domiciliada à Rua Joaquim Rodrigues Teixeira, nº 442, Bairro Fazendinha, na cidade de Itapipoca-CE, que lavra a presente ata. Após a leitura da ordem do dia pelo Sra. Presidente, iniciaram-se as discussões, conforme se segue.

Deliberação 1: Constituição da Associação - Foram distribuídas cópias do Estatuto da Associação aos presentes e, em seguida, procedeu-se à sua leitura, sendo unanimemente aceito por todos. Ao final do debate, os presentes deliberaram e votaram pela **constituição da Associação**, que adotará a denominação **Associação de Mães De Autistas – AMADA** e iniciará as suas atividades na data prevista de **06/03/2023**, tendo como sede o seguinte endereço: Rua Raimundo Teófilo de Castro, nº 998-B, Bairro Cruzeiro, Itapipoca/CE, CEP 62.503-078.

Deliberação 2 - discussão e aprovação do Estatuto da Associação: Ainda, decidiu-se pela **aprovação integral** do texto-proposta de Estatuto da Associação, conforme cópia anexa a esta ata, apresentando unanimidade na aprovação do texto do estatuto apresentado.

Deliberação 3: Eleição e posse dos membros da administração - Em seguida, passou-se à votação dos membros da administração da Associação, a qual respeitou o seguinte procedimento, conforme as normas aplicáveis: Dando-se prosseguimento aos trabalhos, e após sugestão de nomes para comporem o órgão diretivo, procedeu-se à eleição e posse da Diretoria Executiva, em ato contínuo, a senhora Presidente deu início ao processo eletivo, visando compor os cargos da Diretoria Executiva, apresentando à assembleia os candidatos anteriormente inscritos, submetendo-os à votação. Após a contagem dos votos, presenciado por seguinte forma: Após transcorrida a votação de maneira regular, respeitadas todas as formalidades, alcançou-se o seguinte resultado de resultado unanime: **Presidente: PRISCILA TELES BRITO**, brasileira, solteira, enfermeira, portadora do documento de Identificação RG nº 2007153133-0 expedido pela SSP-CE, inscrita no CPF sob o nº



[Handwritten Signature]
 Gustavo Douglas Braga Leite
 Advogado
 OAB Nº 30.557-CE

[Handwritten Initials]

[Handwritten Initials]



051.228.713-96, residente e domiciliada à Rua Raimundo de Castro, nº 998, Bairro Cruzeiro, na cidade de Itapipoca-CE; **Vice-Presidente: JAMILLY BARROSO NEGREIROS**, brasileira, solteira, estudante, portadora do documento de Identificação RG nº 2004021114017 expedido pela SSP-CE, inscrita no CPF sob o nº 029.923.973-00, residente e domiciliada à Rua Monsenhor José Solon, nº 560, Bairro Cruzeiro, na cidade de Itapipoca-CE; **Primeira Secretária: FRANCISCA ESTEFÂNIA TELES BRITO**, brasileira, solteira, servidora pública, portadora do documento de Identificação RG nº 2006098091379 expedido pela SSP-CE, inscrita no CPF sob o nº 952.061.753-15, residente e domiciliada à Rua Joaquim Rodrigues Teixeira, nº 442, Bairro Fazendinha, na cidade de Itapipoca-CE; **Segunda Secretária: MARÍLIA CHAVES DE SOUSA**, brasileira, união estável, portadora do documento de identificação RG nº 2006019027940 expedida pela SSP-CE., inscrita no CPF sob o nº 039.234.243-02, residente e domiciliada à Travessa Jaime Henrique, nº 1999, Bairro Nova Aldeota, na cidade de Itapipoca-CE; **Primeira Tesoureira: RAQUEL MÁRCIA BARROSO NEGREIROS DE SÁ**, brasileira, casada, enfermeira, portadora do documento de Identificação RG nº 2008081579-9 expedido pela SSP-CE, inscrita no CPF sob o nº 654.707.373-49, residente e domiciliada à Rua João Araújo Teixeira, nº 566, Bairro Fazendinha, na cidade de Itapipoca-CE; **Segunda Tesoureira: ANDRESSA TAYANE DE OLIVEIRA VIANA**, brasileira, casada, professora, portadora do documento de Identificação RG nº 2007010040470 expedido pela SSP-CE, inscrita no CPF sob o nº 054.800.303-37, residente e domiciliada à Rua Raimundo Viana Júnior, nº 1011, Bairro Loteamento Morada das Flores na cidade de Itapipoca-CE. **O Conselho Fiscal: ADA TOMÉ SOMBRA**, brasileira, solteira, enfermeira, portadora do documento de Identificação RG nº 2001005032090 expedido pela SSP-CE, inscrita no CPF sob o nº 981.026.213-20, residente e domiciliada à Rua Urbano Barbosa, nº 498, Bairro Centro, na cidade de Itapipoca-CE; **MARIA CLEENE CUNHA DA SILVA**, brasileira, divorciada, do lar, portadora do documento de Identificação RG nº 2001005043696, expedido pela SSP-CE, inscrita no CPF sob o nº 781.715.203-91, residente e domiciliada à Rua Eubia Barroso, nº 2219, Bairro Boa Vista, na cidade de Itapipoca-CE. Sendo informada a todas os cargos em vacância e não tendo candidatas a estes, fica autorizada uma assembleia para preenchimento destes cargos conforme Estatuto votado. Nada mais havendo a tratar e ninguém mais querendo se pronunciar, deu-se por encerrada esta Assembleia Geral, as quais todas eleitas foram empossadas em seus respectivos cargos, tendo o início do mandato 06 de março de 2023 e finalização em 06 de março de 2026, lavrando-se a presente ata que, lida e julgada conforme, segue assinada pela Sra. Presidenta e por mim, Secretária, que a redigi.

Itapipoca-CE, 06 de março de 2023

Valido somente com este de Autenticidade

Cartório Moura - 2º Ofício de Itapipoca/CE
AVENIDA ANASTACIO BRAGA Nº 557 Centro, ITAPIPOCA - CEARA

RECONHEÇO POR SEMELHANÇA AS FIRMAS DE PRISCILA TELES BRITO e FRANCISCA ESTEFANIA TELES BRITO. EM TEST. DA VERDADE DOU FE Itapipoca/CE 06/04/2023 08 28 24

Priscila Teles Brito
Priscila Teles Brito - Presidente

DB931358
DB931358

Italo Lino Cordeiro - Escrevente Autorizado
E-2, R\$ 7 20 74, R\$ 0 46 FAADER, R\$ 0 13 FRMMP, R\$ 0 18 Selc, R\$ 2 84 Total: R\$ 11 22

Francisca Estefania Teles Brito
Francisca Estefânia Teles Brito - Secretária

Cartório Moura - 2º Ofício de Itapipoca/CE
AVENIDA ANASTACIO BRAGA Nº 557 Centro, ITAPIPOCA - CEARA

Averbado no Livro Registro Civil de Pessoa Jurídica - A 58 sob o nº2 folha 208 - 208 e protocolado no Livro Protocolo de Pessoa Jurídica 02 sob o nºProtocolo: 4611 de 08/04/2023. Itapipoca-CE, 06/04/2023. AAQ143428-14U9 AAT136269-12F9 IAT924335-MQMN

Gustavo Douglas Braga Leite
Advogado
OAB Nº 30.557-CE



Italo Lino Cordeiro - Escrevente Autorizado
E-2, R\$ 94 05 FERVOZU, R\$ 0 20 FRMMP, R\$ 4 70 FAADER, R\$ 17 17 Total: R\$

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL
EXTRAORDINÁRIA**

São convidados os futuros associados da **ASSOCIAÇÃO DE MÃES DE AUTISTA** a se reunirem em assembleia geral extraordinária, no endereço à Rua Raimundo Teófilo de Castro, nº 998-B, Bairro Cruzeiro, na cidade de Itapipoca -CE, CEP: 62.503-078, às 19:00h do dia 06 de março de 2023 a fim de tratarem da seguinte ordem do dia:

- a. Proposta de constituição da ASSOCIAÇÃO DE MÃES DE AUTISTA;
- b. Aprovação do estatuto social e razão social;
- c. Eleição e posse da diretoria e conselho fiscal;
- d. Assuntos gerais.

Itapipoca-CE, 15 de fevereiro de 2023.

Priscila Teles Brito

Priscila Teles Brito

Valido somente com
Carimbo de Autenticidade

09934360
TABELA DE TAXAS DE EMPLANTAMENTO

Cartório Moura - 2º Ofício de Itapipoca/CE
AVENIDA ANASTÁCIO BRAGA Nº 557, Centro, ITAPIPOCA - CEARA
RECONHEÇO POR SEMELHANÇA A FIRMA DE PRISCILA TELES BRITO, EM
TEST. DA VERDADE. DOU FE Itapipoca/CE, 06/04/2023 08:30-55

Italo Lino Cordelro
Italo Lino Cordelro - Escrevente Autorizado

Emp. R\$ 3.60 T.J. R\$ 0,23 FAADEP R\$ 0,13 FRMMP R\$ 0,18 Selc. R\$ 1,42 Total R\$ 5,51

Cartório Moura - 2º Ofício de Itapipoca/CE
AVENIDA ANASTÁCIO BRAGA Nº 557, Centro, ITAPIPOCA - CEARA

Averbado no Livro Registro Civil de Pessoa Jurídica - A.58 sob o nº1, folha 207 - 207 e protocolado no Livro Protocolo de Pessoa Jurídica 02 sob o nºProtocolo: 4611 de 06/04/2023. Itapipoca/CE, 06/04/2023. AAT136268-G9F9 AAQ143427-M8U9 AATP24334-021/R

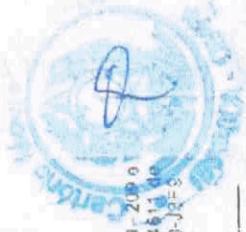
Italo Lino Cordelro
Italo Lino Cordelro - Escrevente Autorizado

Emp. R\$ 94,05 FERVOUJ R\$ 6,28 FRMMP R\$ 4,70 FAADEP R\$ 4,70 Selc. R\$ 17,17 Total R\$

LISTA DE PRESENCAS DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA FUNDAÇÃO, ELEIÇÃO E POSSE DOS MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO DE MÃES DE AUTISTAS, REALIZADA EM 06 DE MARÇO DE 2023.

ASSOCIADAS

NOME	ASSINATURA
PRISCILA TELES BRITO , brasileira, solteira, enfermeira, portadora do documento de identificação RG nº 2007153133-0 expedido pela SSP-CE, inscrita no CPF sob o nº 051.228.713-96, residente e domiciliada à Rua Raimundo de Castro, nº 998, Bairro Cruzeiro, na cidade de Itaipoca-CE	<i>Priscila Teles Brito</i>
JAMILLY BARROSO NEGREIROS , brasileira, solteira, estudante, portadora do documento de identificação RG nº 200402114017 expedido pela SSP-CE, inscrita no CPF sob o nº 029.923.973-00, residente e domiciliada à Rua Monsenhor José Soton, nº 560, Bairro Cruzeiro, na cidade de Itaipoca-CE	<i>J. Negreiros</i>
FRANCISCA ESTEFANIA TELES BRITO , brasileira, solteira, servidora pública, portadora do documento de identificação RG nº 2006098091379 expedido pela SSP-CE, inscrita no CPF sob o nº 952.061.753-15, residente e domiciliada à Rua Joaquina Rodrigues Teixeira, nº 442, Bairro Fazendinha, na cidade de Itaipoca-CE	<i>Francisca Estefania Teles Brito</i>
MARILIA CHAVES DE SOUSA , brasileira, união estável, portadora do documento de identificação RG nº 2006019027940 expedido pela SSP-CE, inscrita no CPF sob o nº 039.234.243-02, residente e domiciliada à Travessa Jaime Henrique, nº 1939, Bairro Nova Aldeia, na cidade de Itaipoca-CE	<i>Márcia Chaves de Sousa</i>
RAQUEL MÁRCIA BARROSO NEGREIROS DE SÁ , brasileira, casada, enfermeira, portadora do documento de identificação RG nº 2008081579-9 expedido pela SSP-CE, inscrita no CPF sob o nº 654.707.373-49, residente e domiciliada à Rua João Araújo Teixeira, nº 566, Bairro Fazendinha, na cidade de Itaipoca-CE	<i>Raquel Márcia Barroso Negreiros de Sá</i>
ANDRESSA TAYANE DE OLIVEIRA VIANA , brasileira, casada, professora, portadora do documento de identificação RG nº 2007010040470 expedido pela SSP-CE, inscrita no CPF sob o nº 054.800.303-37, residente e domiciliada à Rua Raimundo Viana Júnior, nº 1011, Bairro Loteamento Morada das Flores na cidade de Itaipoca-CE	<i>Andressa Tayane de Oliveira Viana</i>
ADA TOMÉ SOMBRA , brasileira, solteira, enfermeira, portadora do documento de identificação RG nº 2001005032090 expedido pela SSP-CE, inscrita no CPF sob o nº 981.026.213-20, residente e domiciliada à Rua Urbano Barbosa, nº 498, Bairro Centro, na cidade de Itaipoca-CE	<i>Ada Tomé Sombra</i>
MARIA CLEENE CUNHA DA SILVA , brasileira, divorciada, do lar, portadora do documento de identificação RG nº 2001005043696, expedido pela SSP-CE, inscrita no CPF sob o nº 781.715.203-91, residente e domiciliada à Rua Eubia Barroso, nº 2219, Bairro Boa Vista, na cidade de Itaipoca-CE	<i>Luana Cleene Cunha da Silva</i>



Cartório Moura - 2º Ofício de Itaipoca/CE
AVENIDA ANASTACIO BRAGA Nº 557 Centro, ITAIPICOCA - CEARÁ

Averbado no livro Registro Civil de Pessoa Jurídica - A.52 sob o nº 3, folha 259 - 209 a
protocolado no Livro Protocolo de Pessoa Jurídica 02 sob o nº Protocolo: 4614 de
08/04/2023. Itaipoca/CE, 06/04/2023. AA1924336-HAM9, AA1136270-JR-E
AAQ143429-14UR

Italo Lino Cordeiro - Escrevente Autorizado
E-M: 98.94.05.FEPIZAJU - PSE: 28 - FAEDEP: P3 4.70 - RNMP: RS 4.70 - Sinf: R\$ 17.171,00 | PS



PARECER DO RELATOR DE Nº 31/2024.
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA, FISCALIZAÇÃO E REDAÇÃO FINAL.
PROJETO DE LEI Nº 26/2024
ORIGEM: PODER LEGISLATIVO

Reuniu-se no dia 15 de abril do corrente ano a Comissão de Legislação, Justiça, fiscalização e Redação Final, a fim de apreciar o **PROJETO DE LEI Nº 26/2024**.

RELATÓRIO

De autoria do vereador Fábio Pires da Costa, que declara de utilidade pública a associação de mães de autistas de Itapipoca, e dá outras providências.

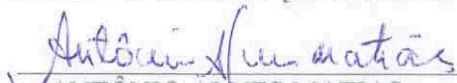
Cabe a este órgão colegiado, preliminarmente, apreciar os aspectos jurídicos, constitucional e legal da matéria, conforme dispõe o art. 79, Regimento Interno.


CONCLUSÃO

Verificando que o referido Projeto está de acordo com a Lei Orgânica do Município e obedecem as técnicas Jurídicas e Legislativas, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do **PROJETO DE LEI Nº 26/2024**.

PARECER DA COMISSÃO


A Comissão de LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA, FISCALIZAÇÃO E REDAÇÃO FINAL votam com o parecer do Relator.


ANTÔNIO ALVES MATIAS
PRESIDENTE


JOSE CARLOS FERREIRA ROGERIO
RELATOR

JOSÉ EUCÁRIO BRAGA
MEMBRO

JOSÉ RUBENS BARBOSA
MEMBRO


LUÍS CARLOS FONTOURA GÓES
MEMBRO

Sala de Reuniões das Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Itapipoca, Estado do Ceará, 15 de abril de 2024.